

# O problema do ecologicamente correto

**F**rear o desmatamento da Amazônia tornou-se um objetivo oficial do governo brasileiro no ano passado, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu um compromisso formal nesse sentido durante sua visita a Londres. Especificamente, ele endossou, em nome do País, uma iniciativa do World Wildlife Fund, uma das organizações não-governamentais (ONGs) de maior projeção mundial, de proteger 10% de suas florestas. Poucos meses depois – como assinalou uma reportagem publicada ontem neste jornal –, a questão da Amazônia tornou a despertar a atenção internacional por ocasião do incêndio de Roraima. Criticado como omissor no episódio do incêndio, o governo sentiu que precisava recuperar seu prestígio na frente ecológica e, nesse intuito, resolveu acelerar a tramitação do projeto do WWF, que propõe demarcar, para fins de preservação, 250 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica. É uma área do tamanho do Estado de São Paulo.

Foi então que surgiu uma complicação de ordem léxica. Os ecologistas traçam uma distinção rígida entre os verbos “conservar” e “preservar”. “Conservar” a área – que é o que pretendem 350 ONGs nacionais reunidas sob o nome de Grupo de Trabalhos Amazônicos (GTA) – teria como um de seus principais objetivos proporcionar a segurança a indígenas, seringueiros e outros “povos da floresta” que dependem dela para viver. Em contraste, “preservar” a área seria excluir dela toda presença humana.

O projeto do WWF ainda não tem orçamento de-

finido. As estimativas do custo variam entre US\$ 84 milhões e US\$ 156 milhões. O Banco Mundial garantiu um aporte de US\$ 35 milhões, o que representaria, portanto, entre 20 e 40% dos gastos totais. E o banco, como o WWF, é partidário declarado da “preservação”.

Por conta dessa disputa, o projeto está parado. Enquanto o impasse não for superado, nada será

**Nos países industrializados, a opinião pública está mais “verde” do que nunca**

feito para “conservar” a área nem, muito menos, para “preservá-la”. A situação da floresta continuará, portanto, se deteriorando, e a reputação ecológica do Brasil junto. Os ecologistas nacionais

do GTA denunciam o rigor preservacionista do WWF e do Banco Mundial como uma atitude “primeiro-mundista”, que deixa de levar em consideração o fato de que, nas palavras de um porta-voz do GTA, só se pode proteger a floresta por meio da presença e ação da comunidade.

As ONGs, tanto as nacionais quanto as estrangeiras, vêm desenvolvendo um trabalho importante. Descontando os ocasionais exageros e gestos teatrais, o saldo desses trabalhos é positivo. No caso específico da floresta amazônica, é inegável a necessidade de alguma forma de controle sobre as atividades econômicas na região de modo a proteger seus recursos naturais. De imediato, cabe às

próprias ONGs superar suas divergências e explicitar o que querem.

A opinião pública dos países industrializados está mais “verde” do que nunca, e o interesse do Brasil não se limita a evitar o constrangimento causado, por exemplo, pelo episódio do incêndio de Roraima. A questão tem muito a ver, também, com o comércio exterior. Aquela mesma opinião pública revela sua preferência pelo verde na hora de comprar móveis e materiais de construção, entre outros produtos. Outra reportagem, também publicada na edição de ontem, aponta para a crescente importância, no mercado europeu, do “selo verde” que identifica os produtos ecologicamente corretos. No caso das madeiras tropicais, só merecem o selo verde aquelas que comprovadamente são o produto de florestas cultivadas, isto é, na prática, de projetos de reflorestamento.

A Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira (Aimex) chegou à conclusão, disse o seu diretor Guilherme Carvalho, que “o caminho para o futuro do mercado mundial de madeira é a certificação”. Empresas do setor confirmam que sua madeira valorizou-se nos mercados de exportação depois de obtida a certificação. Ora, a exploração controlada do mogno e de outras madeiras brasileiras é compatível com a proteção – isto é, com a conservação – da floresta amazônica. Só não é compatível com a “preservação” defendida pelo WWF, que vedaria o acesso dos brasileiros às áreas protegidas. ■

31/7-2/8/98  
4-2